Ficha Limpa

Bibliografia Seleccionada
Ficha Limpa

Bibliografia Seleccionada

Brasília – 2014
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE
Ministro Dias Toffoli

VICE-PRESIDENTE
Ministro Gilmar Mendes

MINISTROS
Ministra Laurita Vaz
Ministro João Otávio de Noronha
Ministro Henrique Neves
Ministra Luciana Lóssio

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
SUMÁRIO

1 Introdução ........................................................................................................ 5

2 Conceitos e definições .................................................................................... 6
    2.1 Vida pregressa ............................................................................................ 6
    2.2 Presunção da inocência ............................................................................. 6
    2.3 Ficha suja .................................................................................................... 6
    2.4 Ficha limpa .................................................................................................. 7

3 Bibliografia ......................................................................................................... 7
    3.1 Livros ........................................................................................................... 7
    3.2 Publicações periódicas ................................................................................ 17
    3.3 DVDs ............................................................................................................ 31
    3.4 Teses e dissertações .................................................................................... 32
    3.5 Legislação e jurisprudência ........................................................................ 33
    3.6 Conferências, congressos e seminários ...................................................... 34

4 Sítios especializados ......................................................................................... 36

5 Especialistas ..................................................................................................... 37

6 Cursos de especialização e pós-graduação ..................................................... 39

7 Unidades de informação .................................................................................. 40
    7.1 Bibliotecas .................................................................................................. 40
    7.2 Livrarias e editoras ..................................................................................... 40

8 Blogs .................................................................................................................. 40
1 Introdução

A biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, dando continuidade ao Programa de Disseminação da Informação, elaborou por oportuno a Bibliografia selecionada intitulada Ficha Limpa.


O produto tem por objetivo possibilitar o aprofundamento em estudos específicos de interesse dos magistrados e servidores do Judiciário, bem como dos especialistas e pesquisadores da área.

As obras consultadas poderão ser encontradas em nosso acervo ou em outras bibliotecas da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje).

Colocamo-nos à disposição para o acolhimento de sugestões e para o acesso ao material disponibilizado pelos telefones 3030-9300 e 3030-9301, por e-mail (biblioteca@tse.jus.br) ou pessoalmente, no balcão de atendimento.

Seção de Biblioteca
2 Conceitos e definições

2.1 Vida pregressa


“Postas as coisas assim, na atualidade, em tema de eleições, vida pregressa ‘restringe-se à existência ou não de inelegibilidade. Aquelas discussões acaloradas ao tempo da ADPF 144/DF morreram todas. Lá, a vida pregressa era conceito largo, que independia de decisão judicial ou aplicação de sanção. Bastava existir uma nódoa na vida do candidato, como estar indiciado em investigação policial, ou estar denunciado em ação penal, ou estar respondendo à ação de improbidade administrativa, para já estar sem o requisito da vida pregressa. Agora, não. Tudo voltou a ser como antes: a vida pregressa, com a LC nº 135, como era já ao tempo da LC nº 64/1990, deve ser aferida através da existência ou não de inelegibilidade’.”

Pinto (2012, p. 12) esclarece:

“A expressão ‘vida pregressa’, ou seja, a vida avaliada a partir das ações positivas e negativas praticadas por alguém ao longo do seu existir [...]”.

A Enciclopédia Saraiva do Direito (1982, p. 237) define:

“Antecedentes de uma pessoa. Apresenta má vida pregressa quem já foi condenado pela prática de crime”.

2.2 Presunção da inocência

Segundo Moraes (2012, p. 124):

“A Constituição Federal estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, consagrandando a presunção de inocência, um dos princípios basilares do Estado de direito como garantia processual penal, visando à tutela da liberdade pessoal. Dessa forma, há a necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbitrio estatal”.

Ribeiro (2010, p. 93) explica:

“O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade corresponde a uma garantia fundamental do indivíduo frente ao poder do Estado, localizando-se dentre os chamados direitos de primeira geração ou de primeira dimensão, e, no ordenamento brasileiro, encontra-se descrito no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, segundo o qual ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’.”

2.3 Ficha suja

No Recurso em Representação nº 280.136, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o relator afirma:

“O uso da expressão ‘ficha suja’ no cenário eleitoral não enseja nem encerra a mesma conotação que lhe é conferida no processo criminal, à medida que, no palco das eleições, a terminologia designa simplesmente o candidato que, emoldurando-se numa das tipificações contempladas pela ‘Lei da Ficha Limpa’, não obtiver registro de sua candidatura, sendo, portanto, reputado ‘ficha suja’, não traduzindo essa referência, velada ou dissimulada, ofensa à honra do concorrente, pois diversa a acepção conferida à expressão pela mídia e pelo linguajar coloquial daquela que lhe é conferida na seara criminal”.
2.4 Ficha limpa

Strapazzon (2010, p. 13) relata que:

“O projeto ‘Ficha Limpa’ (PLP nº 518/2009) foi assinado por 1.516.479 cidadãos. Esse movimento nacional é pela higienização moral da política. É contra corruptos e corrupções”.

Almeida (2012, p. 116) complementa:

“O projeto de lei Ficha Limpa, alterado em sua essência por diversas emendas parlamentares, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, dando origem à Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, publicada no DOU em 7 de junho de 2010”.

3 Bibliografia

3.1 Livros


46. KUFA, Karina. Consequências jurídicas da prestação de contas do Executivo e demais ordenadores de despesa sob o enfoque da Lei da Ficha Limpa. In: BARRETO,


80. PINTO, Djalma. A República e os fichas sujas. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; AGRA, Walber de Moura (Coord.). *Direito Eleitoral e democracia: desafios e


93. ROSA, Pedro Valls Feu. A Ficha Limpa e nossas instituições. In: REIS, Márlon Jacinto; OLIVEIRA, Marcelo Roseno de; CASTRO, Edson de Resende (Coord.). Ficha Limpa:


103. SILVA JÚNIOR, Arnaldo. Aposentadoria compulsória de magistrados e membros do Ministério Público. In: SILVA JÚNIOR, Arnaldo; PEREIRA, Rodrigo Ribeiro (Coord.). Ficha Limpa: comentários às alterações promovidas pela Lei Complementar


114. ZILIO, Rodrigo López. Comentários a Lei Complementar nº 135/10. In: ____. 
Direito Eleitoral: noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade, processo 
eleitoral (da convenção à prestação de contas), ações eleitorais. 2. ed. rev. e atual. 

3.2 Publicações periódicas

115. ABRANTES, Edward Johnson Gonçalves de. Eficácia imediata da Lei Ficha Limpa 
e o princípio da anulidade eleitoral. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2.533, 8 jun. 

116. AGRA, Walber de Moura. A taxonomia das inelegibilidades. Estudos eleitorais, 

117. AGRA, Walber de Moura. Digressões sobre o art. 26-C da Lei Complementar 
nº 64/1990. Revista Brasileira de Direito Eleitoral: RBDE, Belo Horizonte, ano 5, n. 8, 

118. ALARCON, Anderson de Oliveira. As inovações eleitorais, a ficha-limpa e as 

119. ALCÂNTARA, Pollyana da Silva. “Ficha Limpa” sob a perspectiva da participação 
do povo no cenário brasileiro: uma leitura crítica. JAM Jurídica, Salvador, v. 1, n. 15, 
p. 113-117, 2010.

120. ALCÂNTARA, Pollyana da Silva. “Ficha Limpa” sob a perspectiva da participação 
do povo no cenário político brasileiro: uma leitura crítica. Revista Brasileira de Direito 


122. ALMEIDA, Rafaelle Alves; MONTEIRO, Maurício Gentil. A Lei Ficha Limpa e o 
seu papel na reestruturação política brasileira. Cadernos de Graduação: ciências 

123. ALMEIDA, Vladimir Belmino de. Considerações sobre a Lei Complementar 
nº 135/2010 após o julgamento do STF: confronto com a prescrição da pretensão 
punitiva, o reformatio in pejus e o aspecto formal da elaboração da lei. Revista Diálogos 

124. ALVES, G. Aplicabilidade da norma eleitoral em face da Lei Complementar 
nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) relacionado ao poder contramajoritário do juiz. 
mar. 2014.

125. AMARAL, Otto Guilherme Matos Almeida do. Constitucionalidade da Lei 
Complementar nº 135/2010. Revista de Artigos Científicos dos Alunos da EMERJ, 
mar. 2014.

126. ANDRADE, Aline Gouveia. Vida pregressa e condições de elegibilidade. Themis, 


3.3 DVDs


310. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor:** programa 476. Realização: Fundação José de Paiva Netto e Tribunal Superior Eleitoral. 2013. 1 DVD (22min, 15s), son., color.; 4 3/4 pol. [1. Discorre sobre o aniversário de três anos da Lei da Ficha Limpa, relatando as mudanças ocorridas no cenário eleitoral desde a promulgação da legislação em questão. Jaime Barreiros, professor de Direito Eleitoral, fala sobre os benefícios da lei para a sociedade brasileira. Josevan Souza Reis, juiz corregerado do Tribunal Regional da Bahia (TRE/BA), informa os aspectos positivos da lei no combate à corrupção. 00:01:40-00:06:35].


312. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor:** programa 478. Realização: Fundação José de Paiva Netto e Tribunal Superior Eleitoral. 2013. 1 DVD (23min, 24s), son., color.; 4 3/4 pol. [5. Mostra alguns eleitores que ajudaram na criação da Lei da Ficha Limpa, a legislação eleitoral mais conhecida no Brasil. A servidora pública Jovita José Rosa fala sobre o orgulho e a satisfação de fazer parte dos cidadãos que ajudaram na instituição da Ficha Limpa. A socióloga Cleide Silva Bezerra discute os fatores que influenciaram a criação desta legislação. 00:14:55-00:19:33].

313. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor:** programa 413. Realização: TV Cultura e Justiça Eleitoral. 2012. 1 DVD (27min, 9s) , son., color.; 4 3/4 pol. [2. Informa sobre a Lei da Ficha Limpa, que teve sua constitucionalidade confirmada em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e será adotada nas eleições de 2012, colocando assim, um filtro nas candidaturas. Explica os casos que causam inelegibilidade. A lei é retroativa à sua aplicação. 00:04:58-00:10:00].

3.4 Teses e dissertações


3.5 Legislação e jurisprudência


3.6 Conferências, congressos e seminários


346. MAMERI, Deborah Maria Akel; RODRIGUES, Marcelo Abinha. A inelegibilidade contida no art. 1º, I, g da Lei Complementar nº 64/1990: o que vem a ser ato doloso de improbidade administrativa julgado pelos tribunais de contas e a irretroatividade da legislação processual eleitoral. In: CONGRESSO NACIONAL DO


4 Sítios especializados

356. Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

357. Eleição 2012

358. Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade)
359. Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia (Idero)

360. Instituto Goiano de Direito Eleitoral (IGDEL)

361. Jus Navigandi

362. Rede de Informação Legislativa e Jurídica do Senado Federal (LEXML)

363. Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

364. Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje)

365. Revista Paraná Eleitoral

366. Scientific Electronic Library Online (Scielo)

367. Senado Federal

368. Adriano Soares da Costa
369. Francisco de Assis Vieira Sanseverino
Procurador regional da República – 4ª Região; mestre em Instituições do Direito e do Estado pela PUCRS; professor de Direito Eleitoral na Escola Verbo Jurídico (pós-graduação-especialização), na Escola Superior da Magistratura (A juris); professor de Direito Constitucional na Escola da Magistratura Federal (Esmafe/RS); livros publicados pela Verbo Jurídico Editora: Compra de votos análice à luz dos princípios constitucionais; Uso da máquina pública nas campanhas eleitorais e Direito Eleitoral. 

370. José Jairo Gomes

371. Marcos Ramayana

372. Márion Jacinto Reis
Juiz de Direito; presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe); membro do Comitê Nacional do MCCE; vencedor do I Prêmio Innovare “O Judiciário do Século XXI”. Possui diploma de Estudos Avançados outorgado pela Universidade de Zaragoza, Espanha, e é doutorando pela mesma instituição. É autor do livro Uso eleitoral da máquina administrativa, editado pela Fundação Getúlio Vargas. 

373. Olivar Coneglian
374. Rodrigo Lopes Zilio

375. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira

376. Walber de Moura Agra

6 Cursos de especialização e pós-graduação


7 Unidades de informação

7.1 Bibliotecas


7.2 Livrarias e editoras


8 Blogs


Esta obra foi composta na fonte de texto Stone Sans, corpo 9, entrelinhas de 10,8 pontos e fonte de títulos Helvetica Neue Lt Medium Condensed, corpo 16, entrelinhas de 19,2 pontos, em papel AP 90g/m² (miolo) e papel AP 180g/m² (capa).
Ficha Limpa

Bibliografia Seleccionada